PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

Comitê de Gestão Estratégica

Ata da 2ª reunião do CGE do ano de 2020.

Ao 28º (vigésimo oitavo) dia do mês de maio de 2020 (dois mil e vinte), através de videoconferência, reuniram-se os membros do Comitê de Gestão Estratégica (CGE), magistrados e convidados para a Reunião de Análise da Estratégia (RAE). Estiveram presentes o Desembargador Tutmés Airan de Albuquerque Melo, Presidente do CGE; Dr. João Paulo Martins da Costa, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça; Dr. Ygor Vieira de Figueirêdo, Juiz Auxiliar da Presidência; Dr. Alexandre Lenine de Jesus Pereira, Juiz Auxiliar da Presidência; Dr. José Miranda Santos Júnior; o servidor Nilo Brandão Meireles Júnior, Secretário Especial da Presidência; o servidor Zilckson Márcio Gomes Costa Junior, Diretor-Geral do Tribunal de Justiça; o servidor Clóvis Gomes da Silva Correia, Assessor-Chefe da APMP; o servidor Renato Barbosa Pedrosa, Diretor da DICONF; o servidor Magno Vitório de Farias Fragoso, representante do SAJ de 1º Grau; a servidora Robertta Silva Farias, da DICOM; Dr. Georges Basile Christopoulos, da DSQV; a servidora Katiane Lamenha Evaristo da Silva, da Corregedoria-Geral da Justiça; a servidora Inara Francoyse de Souza Pereira, o servidor Alexandre de Caiado Castro Moraes, o servidor Guilherme Rossilho e o servidor Amós Henrique Alves de Araújo, da APMP, secretariando. Adiante subscrevem conforme os assuntos seguintes que foram debatidos e deliberados: **1)** Presidente iniciou a reunião pedindo que o servidor Clóvis Gomes faça um informe geral. O servidor Clóvis Gomes falou sobre a pauta de forma geral. Falou sobre a reunião que houve no CNJ, em que foi abordada a nova premiação, a Meta 9 e a Estratégia 2021-2026. Comunicou que a servidora Inara Francoyse traria dados estatísticos relacionados tanto à premiação quanto diagnóstico da produtividade do TJAL. Falou sobre os novos critérios do Prêmio CNJ de Qualidade. Apresentou os eixos temáticos que existiam no Prêmio CNJ de Qualidade no ano passado e a pontuação alcançada. Adiantou que não há ainda a Portaria do Prêmio e que está sendo feito um vislumbre do que pode vir a ser cobrado. Informou que haverá um novo eixo, que será o de Dados e Tecnologia. Presidente perguntou sobre qual era a pontuação no prêmio anterior e qual a pontuação no prêmio que virá. Dr. Ygor Vieira indagou se haverá alguma penalização pelo fato de o TJAL não ter o PJe e o servidor Clóvis Gomes informou que ainda não se tem informações para comunicar isso. O servidor Clóvis Gomes falou sobre a distribuição dos eixos pelos juízes auxiliares. Dr. Ygor Vieira ficou responsável pelo novo eixo, que será o de Dados e Tecnologia. O servidor Clóvis Gomes falou sobre os critérios da pontuação, comunicou a pontuação do TJAL. Falou que a nova formatação do prêmio levará em conta o eixo de Justiça. Falou que houve simplificação nos critérios. Informou sobre alterações de pontos como manutenção de telefones, realização de RAEs, envio de dados, que são agora requisitos básicos, ou seja, não pontuam por si só. **2)** O servidor Clóvis Gomes iniciou a apresentação do Eixo Governança. Solicitou aos participantes que se manifestem quando de assuntos de sua afinidade. Quando iniciou a judicialização da saúde, Presidente indagou Dr. Georges Basile acerca dos pontos relativos à saúde, que explanou várias ações que já foram e que estão sendo realizadas junto à Dra. Isabelle Coutinho Dantas Sampaio. Dr. Alexandre Lenine também fez algumas explanações. Dr. Georges Basile falou de algumas operacionalidades do sistema e sobre como são feitas algumas atividades no Sistema e-NatJus. Presidente perguntou sobre o que precisa para cumprir os pontos do item e Dr. Ygor Vieira falou que a saída é a uniformização dos procedimentos de saúde. Dr. Georges Basile falou sobre notas técnicas que estão sendo produzidas. Presidente falou sobre unificar as súmulas e designou Dr. Alexandre Lenine para se reunir com Dr. Georges Basile e Dra. Isabelle Coutinho Dantas Sampaio para elaborar o maior número de enunciados e súmulas possível. Dr. Alexandre Lenine falou também sobre o envolvimento do 2º Grau nessa atividade e se responsabilizou por reunir essas informações. O servidor Clóvis Gomes prosseguiu exibindo o Eixo Governança relativo ao Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário – SINASPJ. Presidente falou que necessita conversar com o Coronel Elias sobre a iniciativa da guarda judiciária e que já

existe minuta de tudo relativo a isso. Passou para a Sustentabilidade, explicou que a partir de agora haverá um indicador sintético e explanou como será a medição. Presidente perguntou como está o andamento das ações neste item e o servidor Clóvis Gomes afirmou que as ações estão sendo tomadas. Passou ao Eixo da Produtividade. O servidor Clóvis Gomes apresentou os novos critérios. O primeiro ponto foi quanto às medidas protetivas. Dr. José Miranda fez várias explanações quanto à produtividade das medidas protetivas, quanto à metodologia que deve ser utilizada. Dr. João Paulo sugeriu a produção pelo Dr. José Miranda de uma recomendação passo-a-passo para seja encaminhada para todos os envolvidos no cadastro. Ficou determinado que Dr. José Miranda, Dr. João Paulo e o servidor Magno Vitório averiguem o que pode ser feito. Caminhou-se para o segundo ponto, relativo ao tempo de julgamento nas ações de recuperação judicial e falência. Dr. José Miranda sugeriu utilizar a Justiça Efetiva para que julgue as que estão tramitando em Maceió. Dr. Ygor informou alguns problemas existentes nesse tipo de ação, principalmente relativas à delimitação de tempo. Ficou-se de se observar qual o lapso temporal o CNJ irá colocar nesse tipo de ação. O ponto seguinte foi relativo a ações de Benefícios de Prestação Continuada (BPC). O ponto seguinte relatou sobre os processos de adoção. Houve debate quanto à competência. Dr. José Miranda falou sobre as complicações devido a pandemia. Relatou sobre a dificuldade nos processos de adoção, da necessidade de haver o contato frente a frente. Dr. Ygor Vieira falou da implantação da sala passiva no Fórum do Barro Duro. O servidor Magno Vitório informou o problema não é só no interior quanto a problemas no sistema Mirc e sobre a sua substituição através do Whatsapp. O servidor Magno Vitório também informou que o endereço está conseguindo ser alimentado, que consegue ficar em sigilo, mas que necessita ser feito regramento. Dr. José Miranda retomou o ponto das medidas protetivas e solicitou a atenção do servidor Magno Vitório. Fez algumas considerações a respeito e o servidor Magno Vitório fez as explanações cabíveis. Dr. João Paulo solicitou o envio dos arquivos da apresentação. **3)** O servidor Clóvis Gomes passou para o Eixo Transparência. Parabenizou os envolvidos no trabalho. Informou os critérios existentes. Presidente indagou sobre como está o Tribunal quanto a essas publicações. O servidor Magno Vitório fez algumas observações. **3)** Passou ao Eixo Dados e Tecnologia, que é o novo Eixo. São novos critérios. Falou sobre a importância do DATAJUD, que é a base nacional de dados processuais do Poder Judiciário. Falou sobre a necessidade de haver conformidade e consistência nessa base. A consistência vai ser considerar a comparação entre vários sistemas de envios de dados com o DATAJUD. O servidor José Baptista fez algumas explanações sobre o formato do DATAJUD. O servidor Magno Vitório ressaltou que os dados dos Tribunais serão únicos no DATAJUD, não havendo mais comparativos para o CNJ, que os comparativos entre sistemas com o DATAJUD apenas existirão para efeito de ajustes internos. O servidor Clóvis Gomes trouxe painel comparativo entre o DATAJUD, Justiça em Números e Módulo de Produtividade Mensal, que houve alguns indicadores demonstrando divergências entre os sistemas comparados. Essas divergências foram debatidas sobre possíveis soluções. Dr. Ygor Vieira perguntou o motivo de haver divergência tão grande no indicador de casos novos criminais. O servidor Magno Vitório informou como será feita a extração do dado. Apontou também que a Divisão de Estatísticas, em treinamento, vem procurando orientar a utilização correta das movimentações. Sugeriu a formação de grupo de trabalho para resolver os casos pontuais de divergência nas comparações entre sistemas. O servidor José Baptista falou que não haverá tempo para resolver todos os problemas e que o que pode ser feito é um tratamento dos dados antes de retirar do XML. O servidor Magno Vitório alertou que pode tentar ser detectado onde está havendo falha de comunicação, mas que a dependência é quase que 100% da alimentação do usuário final e da importância da conscientização do magistrado e do servidor. Informou também que existe a ferramenta capaz de identificar onde estão os equívocos, mas que o usuário necessita corrigir. Dr. Ygor Vieira falou sobre vincular o Juízo Proativo a essa questão da alimentação cobrada pelo CNJ. Presidente falou sobre ter uma equipe para sanear unidade por unidade. O servidor Magno Vitório alertou sobre a questão de ainda não se ter conhecimento sobre o DATAJUD, pois não se sabe se haverá reprocessamento como há no XML. Dr. Ygor Vieira ficou responsável por esse ponto. O servidor Clóvis Gomes falou sobre o envio da documentação, informou que a APMP é responsável por isso e que as ações serão cumpridas. Informou sobre a análise do grupo de trabalho instituído pela Portaria CNJ nº 74/2020, que trata da avaliação do impacto da COVID-19 no cumprimento das Metas. Indagou o Dr. Georges Basile sobre as ações relativas à saúde, que apontou que as ações estão sendo realizadas. Informou também que haverá relatório semanal informativo quanto ao número de funcionários em afastamento decorrente da pandemia. O servidor Clóvis Gomes informou sobre as manutenções e alterações que ocorreram nos eixos. **4)** O servidor Clóvis Gomes encerrou e passou a palavra à servidora Inara Francoyse, que apresentou sobre os dados estatísticos de 2019 e seus reflexos no Prêmio

CNJ de Qualidade. Iniciou apresentando a série histórica sobre os Casos Novos. Ressaltou que se deve em boa parte à execução fiscal. Passou aos processos baixados e informou a série histórica. Adentrou no Índice de Atendimento à Demanda e depois passou à série histórica das sentenças e decisões. Apresentou a série histórica dos Casos Pendentes de baixa e da Taxa de Congestionamento Geral. Apontou a série histórica também do Índice de conciliação na fase de conhecimento. Informou sobre ter alcançado a pontuação máxima no Prêmio no ano passado e que esse ano não se chegou ainda a esse patamar. Presidente informou que o pré-processual tem que ser considerado também para a construção do dado. Informou sobre o IPC-Jus. Realizou simulação e informou que o aumento foi de apenas 1% mesmo tendo tido aumento no quantitativo de pessoal e despesa. Informou o resultado das Metas Nacionais de 2019. Falou sobre o tempo médio de duração dos processos pendentes. Relatou que o TJAL não pontuou nesse quesito. O servidor Clóvis Gomes afirmou que já há conhecimento dos pontos que devem ser atacados. Ressaltou também que o cumprimento da Meta 2 não é, por si só, suficiente para esse indicador necessita da baixa processual. **5)** O servidor Clóvis Gomes iniciou o terceiro ponto da pauta, relativo à Meta 9. Explicou do que se trata a Meta e sobre as ações que devem ser tomadas, quanto à escolha do ODS, formulação e envio de plano de ação. Tratou sobre as observações apresentadas na reunião setorial realizada pelo CNJ. Informou qual o ODS escolhido, que foi o 5 que trata de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, sendo o assunto processual vinculado: código 10949 – violência doméstica contra a mulher. Comunicou que o CNJ fará reuniões quinzenais para coletar informações sobre a execução do plano de ação. **6)** O servidor Clóvis Gomes passou ao último item da pauta, relativo à Estratégia 2021-2026. Falou sobre a construção da estratégia e participação da Alta Administração nessa etapa, no caso, os Desembargadores. Falou também sobre a Missão, Visão, os Macrodesafios e os desdobramentos das iniciativas em ações, programas e projetos. Indagou ao Presidente sobre o envio de formulários aos Desembargadores e relatou sobre a importância dessa participação. Presidente sugeriu já formatar uma proposta e levar para discussão. Foi citado também ser feita consulta à ALMAGIS, aos Sindicatos e às Associações. Presidente também falou de efetuar convite via TJOTINHA. Fazer o convite para participação via INTRAJUS. O servidor Clóvis Gomes falou sobre esperar a resolução para dar início às tratativas. Presidente pediu o engajamento de todos. Finalizada a reunião.

TUTMES AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO:90616

Assinado de forma digital por TUTMES AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO:90616
Dados: 2020.07.28 16:07:48 -03'00'

Desembargador Tutmés Airan de Albuquerque Melo

Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas e do Comitê de Gestão Estratégica